

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Cidade de Deus, Osasco, 27 de março de 2014.

Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	365.793	428.832	CIRCULANTE	428.397	433.602
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.444	19.341	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e).....	15.932	47.436
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a).....	299.558	299.453	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11d)	412.370	386.085
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	63.613	62.134	Outras Obrigações	95	81
Valores a Receber (Nota 6).....	178	47.904	NÃO CIRCULANTE	267.104	6.669
NÃO CIRCULANTE	11.545.706	10.733.863	Provisão para Impostos e Contribuições	2.046	1.104
Realizável a Longo Prazo	504.588	158.621	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	79.941	5.565
Valores a Receber (Nota 6).....	225.917	-	Outras Obrigações (Nota 9)	185.117	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	171.355	106.948	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.215.998	10.722.424
Depósitos Judiciais.....	44.051	2.212	Capital Social (Nota 11a).....	5.150.000	4.450.000
Créditos Tributários (Nota 16c).....	63.265	49.461	Reservas de Lucros (Nota 11c).....	6.076.703	5.397.218
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 7).....	10.961.321	10.495.445	Outros Resultados Abrangentes	(10.705)	875.206
Intangível (Nota 8)	79.797	79.797	TOTAL	11.911.499	11.162.695
TOTAL	11.911.499	11.162.695			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais					
			Exercícios findos em 31 de dezembro						Exercícios findos em 31 de dezembro		
			2013	2012					2013	2012	
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.470.923	1.344.703	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais								
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7).....	1.498.677	1.370.537	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....			1.470.923			1.344.703		
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14).....	16.639	11.218	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos								
Despesas Tributárias (Nota 12)	(42.438)	(36.439)	Resultado de Equivalência Patrimonial			(1.498.677)			(1.370.537)		
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(1.955)	(613)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros			(8.358)			(8.273)		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.470.923	1.344.703	Lucro Líquido Ajustado			(36.112)			(34.107)		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16).....	12.862	11.213	(Aumento)/Redução em Ativos			(214.261)			11.482		
Lucro Líquido DO EXERCÍCIO.....	1.483.785	1.355.916	Aumento em Outras Obrigações			39.012			33.513		
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)						Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b).....						Aquisição de Investimentos					
						(276.964)					
						Alienação de Investimentos					
						-					
						Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos					
						360.495					
						Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....					
						83.549					
						Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos					
						Contrato de Mútuo					
						173.000					
						Aumento de Capital					
						324.000					
						Juros sobre o Capital Próprio Pagos					
						(386.085)					
						Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos					
						110.915					
						(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa					
						(16.897)					
						14.709					
						Início do Exercício					
						19.341					
						Fim do Exercício					
						2.444					
						(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....					
						(16.897)					
						14.709					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados		Totais
	Legal	Estatutária	Abrangentes	Acumulados			
Eventos							
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.820.000	448.265	4.400.937	283.471	-	-	8.952.673
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.355.916	-	1.355.916
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	591.735	-	-	591.735
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	1.947.651
Aumento do Capital por Subscrição	223.100	-	-	-	-	-	223.100
Aumento do Capital Social com Reservas	406.900	-	(406.900)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	67.796	887.120	-	(954.916)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(401.000)	(401.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.450.000	516.061	4.881.157	875.206	-	-	10.722.424
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.483.785	-	1.483.785
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(885.911)	-	-	(885.911)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	597.874
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 11a).....	324.000	-	-	-	-	-	324.000
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a).....	376.000	(376.000)	-	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	74.189	981.296	-	(1.055.485)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(428.300)	(428.300)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.150.000	214.250	5.862.453	(10.705)	-	-	11.215.998

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 6.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2013 e de 2012, não houve perdas por impairment.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico esta demonstrado na Nota 11b.

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações (1) (3)	11.600.000	23.361.316	3.234.541	3.140.565	-	44,91%	10.490.470	10.038.550	1.452.481	1.324.910
Banco Bradesco S.A.(1) (4)	38.100.000	72.153.399	12.395.920	4.706	1.091	0,14%	99.410	98.283	16.925	15.367
Bradespar S.A. (1) (4)	4.100.000	9.034.225	(47.674)	1.675	728	0,63%	62.107	64.047	(424)	3.137
Titanium Holdings S.A. (1)	284.000	609.448	58.650	37.056	-	50,00%	304.724	290.197	29.325	26.798
NCF Participações S.A. (1)	4.269.354	5.828.043	471.096	1.606	-	0,08%	4.610	4.368	370	325
Total							10.961.321	10.495.445	1.498.677	1.370.537

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (23,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%); e

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2014 e em 20 de março de 2014, respectivamente.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES ...	17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI ...	9
FERRARA PARTICIPACOES S.A.	13
NCF PARTICIPACOES S.A.	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	15
TITANIUM HOLDINGS S.A.	11



Volume 124 • Número 71
São Paulo, terça-feira, 15 de abril de 2014

Página 5

Imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO
BBD PARTICIPAÇÕES S/A 3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES ... 17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS RUBI ... 9
FERRARA PARTICIPAÇÕES S.A. 13
NCF PARTICIPAÇÕES S.A. 7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A. 5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE
CREDITOS FINANCIEROS 15
TITANIUM HOLDINGS S.A. 11

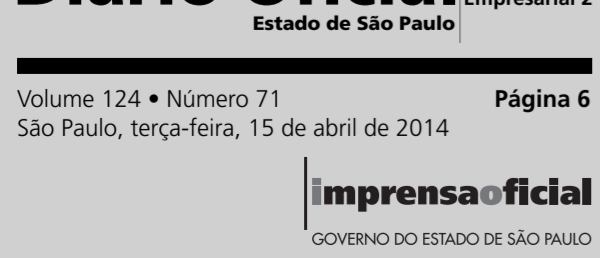
8) INTANGÍVEL
O intangível corresponde ao ágio de R\$ 79.797 em 2013 e 2012, fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 75.751 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 4.046 da Bradespar S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.
9) OUTRAS OBRIGAÇÕES
Outras Obrigações, no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 185.117, refere-se, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2016.
10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
I - Movimentação das provisões
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
No início do período 5.565 5.381
Atualizações monetárias 2.861 184
Constituições 71.515 -
No final do período 79.941 5.565
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
Em 2013 e 2012, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.
11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
Ordinárias - classe "A" (I) 249.989.617 242.749.097
Ordinárias - classe "B" (II) 18.755.355 18.212.138
Preferenciais 284.771.938 276.524.008
Total 553.516.910 537.485.243
(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e
(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.
Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 324.000, mediante a emissão de 16.031.667 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 7.783.737 ordinárias, das quais 7.240.520 da classe "A" e 543.217 da classe "B" e 8.247.930 preferenciais.
Em Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 376.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal".
b) Lucro por ação básico
O cálculo do lucro por ação básico, em 2013, foi de R\$ 2,70 (2012 - R\$ 2,54), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 1.483.785 1.355.916
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares) 549.509 534.053
Lucro por lote de mil ações básicas atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais) 2,70 2,54
c) Reservas de lucros
(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso no integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).
d) Juros sobre o capital próprio
Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.
O cálculo dos juros sobre capital próprio, relativo ao exercício de 2013, está demonstrado a seguir:
Exercícios findos em 31 de dezembro
R\$ mil % (1)
Lucro líquido do exercício 1.483.785
Reserva legal (74.189)
Base de cálculo 1.409.596
Juros sobre o capital próprio provisionados (3) 428.300
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (2) (15.930)
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2013 412.370 29,3
Juros sobre o capital próprio (líquido) em 2012 386.085 30,0
(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio aplicado sobre a base de cálculo;
(2) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos; e
(3) Em Reunião da Diretoria, realizada em 23 de dezembro de 2013, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 428.300, com base no lucro líquido do exercício de 2013.
12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
COFINS 32.039 29.933
PIS 6.956 6.499
IOF 3.443 7
Total 42.438 36.439
13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
Serviços prestados por terceiros 319 471
Editais e publicações 128 100
Multas 1.462 -
Outras 46 42
Total 1.955 613

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais
14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
Juros ativos, líquido dos juros passivos 15.107 8.319
Rendimento de aplicações financeiras 1.532 2.899
Total 16.639 11.218
15) PARTES RELACIONADAS
a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:
Em 31 de dezembro
2013 2012
Ativo (passivos) Receitas (despesas) Ativo (passivos) Receitas (despesas)
Banco: Banco Bradesco S.A. 11 - 9 -
Valores a receber: BBD Participações S.A. 225.917 9.875 47.723 480
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber/ (pagar): Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações 296.397 415.002 296.413 387.590
Titanium Holdings S.A. 278 - 254 -
NCF Participações S.A. 24 - 3 -
Bradespar S.A. - 2.215 - 1.896
Banco Bradesco S.A. 2.859 4.320 2.783 4.368
Fundação Bradesco (322.098) - (301.568) -
BBD Participações S.A. (90.271) - (84.517) -
Outras obrigações: Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações (185.117) (8.808) - (281)
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.
16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) 1.470.923 1.344.703
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente (500.114) (457.199)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes ... 509.550 465.982
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis 1.136 -
Juros sobre o capital próprio a pagar 145.622 136.340
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber (143.332) (133.910)
Imposto de renda e contribuição social do exercício 12.862 11.213
b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social
Exercícios findos em 31 de dezembro
2013 2012
Impostos correntes: Imposto de renda e contribuição social devidos (942) (27)
Subtotal (942) (27)
Impostos diferidos: Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias 13.264 -
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa 540 11.240
Subtotal 13.804 11.240
Imposto de renda e contribuição social do exercício 12.862 11.213
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos
Exercícios findos em 31 de dezembro
2012 Constituição Realização 2013
Provisões fiscais 11.330 13.258 - 24.588
Outras provisões 32 38 (32) 38
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias 11.362 13.296 (32) 24.626
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social 38.099 540 - 38.639
Total dos créditos tributários 49.461 13.836 (32) 63.265
Obrigações fiscais diferidas (1.104) (942) - (2.046)
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas 48.357 12.894 (32) 61.219
Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Em 2013 e 2012, a Companhia não possuía créditos tributários não registrados.
d) Tributos a compensar ou a recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 63.613 (2012 - R\$ 62.134) e ativo não circulante, no montante de R\$ 171.355 (2012 - R\$ 106.948), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.
e) Impostos e contribuições a recolher
Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 15.932 (2012 - R\$ 47.436), referem-se, basicamente, IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 15.930 (2012 - R\$ 14.915), PIS e COFINS - R\$ 2 (2012 - R\$ 32.521).
17) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2013 e 2012;
b) Em 2013 e 2012, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos;
c) A Medida Provisória (MP) 627, de 11 de novembro de 2013, introduziu mudanças na legislação tributária federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. As mudanças promovidas pela MP 627/13 dispõem sobre:
• A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
• A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.
A Companhia aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.
18) EVENTOS SUBSEQUENTES
Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 346.200, mediante a emissão de 17.223.881 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 20,10 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.
DIRETORIA
Diretor-Presidente: Lázaro de Mello Brandão
Diretores: Mário da Silveira Teixeira Júnior, Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto
Diretor Vice-Presidente: Antônio Bornia
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo, Domingos Figueiredo de Abreu, José Alcides Munhoz, Aurélio Conrado Boni, Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente, Marco Antonio Rossi
Marcos Aparecido Galende, Contador - CRC 1SP201309/O-6

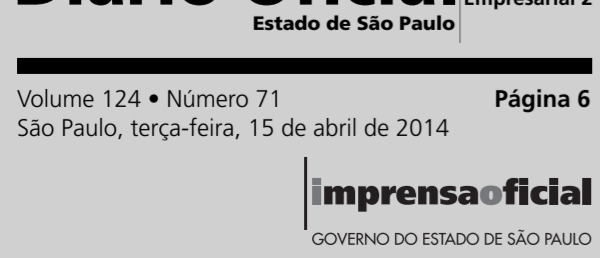
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Administradores e Acionistas da Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP
Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo

a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Osasco, 11 de abril de 2014
José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

IMPRESSO KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP



VISITE NOSSAS LIVRARIAS:
• livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
• Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Cidade de Deus, Osasco, 27 de março de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO	2013	2012	
CIRCULANTE	365.793	428.832	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	2.444	19.341	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e).....
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a).....	299.558	299.453	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11d).....
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	63.613	62.134	Outras Obrigações
Valores a Receber (Nota 6).....	178	47.904	
NÃO CIRCULANTE	11.545.706	10.733.863	NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo	504.588	158.621	Provisão para Impostos e Contribuições
Valores a Receber (Nota 6).....	225.917	-	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d).....	171.355	106.948	Outras Obrigações (Nota 9)
Depósitos Judiciais.....	44.051	2.212	
Créditos Tributários (Nota 16c).....	63.265	49.461	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimentos em Coligadas e Controladas (Nota 7).....	10.961.321	10.495.445	Capital Social (Nota 11a).....
Intangível (Nota 8).....	79.797	79.797	Reservas de Lucros (Nota 11c).....
TOTAL	11.911.499	11.162.695	Outros Resultados Abrangentes
			TOTAL
			11.911.499
			11.162.695

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012	2013	2012
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.470.923	1.344.703	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7).....	1.498.677	1.370.537	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.470.923
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14).....	16.639	11.218	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(42.438)	(36.439)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.498.677)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(1.955)	(613)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(8.358)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.470.923	1.344.703	Lucro Líquido Ajustado	(36.112)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 16)	12.862	11.213	(Aumento)/Redução em Ativos	(214.261)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.483.785	1.355.916	Aumento em Outras Obrigações	39.012
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(211.361)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
			Aquisição de Investimentos	(276.946)
			Alienação de Investimentos	-
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	360.495
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	83.549
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
			Contrato de Mútuo	173.000
			Aumento de Capital	324.000
			Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(386.085)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	110.915
			(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(16.897)
			Início do Exercício	19.341
			Fim do Exercício	2.444
			(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(16.897)
				14.709

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.820.000	448.265	4.400.937	283.471	8.952.673
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.355.916	1.355.916
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	591.735	591.735
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.947.651
Aumento do Capital por Subscrição	223.100	-	-	-	223.100
Aumento do Capital Social com Reservas	406.900	-	(406.900)	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	67.796	887.120	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(954.916)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(401.000)	(401.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.450.000	516.061	4.881.157	875.206	10.722.424
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.483.785	1.483.785
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(885.911)	(885.911)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	597.874
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 11a).....	324.000	-	-	-	324.000
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a).....	376.000	(376.000)	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	74.189	981.296	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.055.485)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(428.300)	(428.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.150.000	214.250	5.862.453	(10.705)	11.215.998

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Lucro Líquido	1.483.785	1.355.916
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(885.911)	591.735
Total do Resultado Abrangente	597.874	1.947.651

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detêm, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
- 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
a) **Moeda funcional e de apresentação**
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações, na data da efetiva aplicação, são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.
c) **Valores a receber**
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 6.
d) **Investimentos**
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminadas na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.
e) **Ativos intangíveis**
Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.
Ágio (Goodwill)
O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 8.
f) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2013 e de 2012, não houve perdas por *impairment*.
g) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: são não reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
h) **Patrimônio líquido**
(i) **Lucro por ação**
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações. Não há fatores de diluição do lucro. O cálculo do lucro por ação básico esta demonstrado na Nota 11b.

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações (1) (3)	11.600.000	23.361.316	3.234.541	3.140.565	-	44,91%	10.490.470	10.038.550	1.452.481	1.324.910
Banco Bradesco S.A.(1) (4).....	38.100.000	72.153.399	12.395.920	4.706	1.091	0,14%	99.410	98.283	16.925	15.367
Bradespar S.A. (1) (4).....	4.100.000	9.034.225	(47.674)	1.675	728	0,69%	62.107	64.047	(424)	3.137
Titanium Holdings S.A. (1).....	284.000	609.448	58.650	37.056	-	50,00%	304.724	290.197	29.325	26.798
NCF Participações S.A. (1).....	4.269.354	5.828.043	471.096	1.606	-	0,08%	4.610	4.368	370	325
Total				10.961.321	10.495.445		10.961.321	10.495.445	1.498.677	1.370.537

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013;

- (2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- (3) Os principais ativos da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (23,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%); e
- (4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2014 e em 20 de março de 2014, respectivamente.

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 79.797 em 2013 e 2012, fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 75.751 decorrentes de ações do Banco Bradesco S.A. e R\$ 4.046 da Bradespar S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações, no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 185.117, refere-se, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2016.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

- a) Ativos contingentes**
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
 - b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais**
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
- I - Movimentação das provisões**
- | | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|--------------|
| | 2013 | 2012 |
| No início do período | 5.565 | 5.381 |
| Atualizações monetárias | 2.861 | 184 |
| Constituições | 71.515 | - |
| No final do período | 79.941 | 5.565 |
- a) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2013 e 2012, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.
- 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
a) **Composição do capital social em ações**
O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias - classe "A" (I).....	249.989.617	242.749.097
Ordinárias - classe "B" (II).....	18.755.355	18.212.138
Preferenciais.....	284.771.938	276.524.008
Total	553.516.910	537.485.243

 - (I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e
 - (II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 324.000, mediante a emissão de 16.031.667 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 7.783.737 ordinárias, das quais 7.240.520 da classe "A" e 543.217 da classe "B" e 8.247.930 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de abril de 2013, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 376.000, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 2013, foi de R\$ 2,70 (2012 - R\$ 2,54), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
	1.483.785	1.355.916
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	549.509	534.053
Lucro por lote de mil ações básicas atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais)	2,70	2,54

c) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2013, está demonstrado a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Brasileira.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Serviços prestados por terceiros.....	319	471
Editais e publicações.....	128	100
Multas.....	1.462	-
Outras.....	46	42
Total.....	1.955	613

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Juros ativos, líquido dos juros passivos.....	15.107	8.319
Rendimento de aplicações financeiras.....	1.532	2.899
Total.....	16.639	11.218

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2013		2012	
	Ativo (passivos)	Receitas (despesas)	Ativo (passivos)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.....	11	-	9	-
Valores a receber:				
BBD Participações S.A.....	225.917	9.875	47.723	480
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber(pagar):				
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações.....	296.397	415.002	296.413	387.590
Titanium Holdings S.A.....	278	-	254	-
NCF Participações S.A.....	24	-	3	-
Bradespar S.A.....	-	2.215	-	1.896
Banco Bradesco S.A.....	2.859	4.320	2.783	4.368
Fundação Bradesco.....	(322.098)	-	(301.568)	-
BBD Participações S.A.....	(90.271)	-	(84.517)	-
Outras obrigações:				
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações.....	(185.117)	(8.808)	-	(281)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	1.470.923	1.344.703
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(500.114)	(457.199)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	509.550	465.982
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	1.138	-
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	136.340	-
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(143.332)	(133.910)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	12.862	11.213

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(942)	(27)
Subtotal.....	(942)	(27)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	13.264	-
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	540	11.240
Subtotal.....	13.804	11.240
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	12.862	11.213

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	Constituição	Realização	2013
Provisões fiscais.....	11.330	13.258	-	24.588
Outras provisões.....	32	38	(32)	38
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	11.362	13.296	(32)	24.626
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	38.099	540	-	38.639
Total dos créditos tributários.....	49.461	13.836	(32)	63.265
Obrigações fiscais diferidas.....	(1.104)	(942)	-	(2.046)
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	48.357	12.894	(32)	61.219

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Em 2013 e 2012, a Companhia não possuía créditos tributários não registrados.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 63.613 (2012 - R\$ 62.134) e ativo não circulante, no montante de R\$ 171.355 (2012 - R\$ 106.948), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 15.932 (2012 - R\$ 47.436), referem-se, basicamente, IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 15.930 (2012 - R\$ 14.915), PIS e COFINS - R\$ 2 (2012 - R\$ 32.521).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2013 e 2012;

b) Em 2013 e 2012, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos;

c) A Medida Provisória (MP) 627, de 11 de novembro de 2013, introduziu mudanças na legislação tributária federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. As mudanças promovidas pela MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 346.200, mediante a emissão de 17.223.881 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 20,10 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

DIRETORIA

Diretor-Presidente		Diretor Vice-Presidente		Diretores	
Lázaro de Mello Brandão		Antônio Bornia		Mário da Silveira Teixeira Júnior	José Alcides Munhoz
				Luiz Carlos Trabuco Cappi	Aurélio Conrado Boni
				Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
				Milton Matsumoto	Marco Antonio Rossi
				Julio de Siqueira Carvalho de Araujo	
				Domingos Figueiredo de Abreu	

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 11 de abril de 2014

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 SP

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1



Haddad quer pagar bônus a servidores

Adicional no salário do funcionário público municipal seria concedido de acordo com o desempenho do profissional. Projeto ainda está em estudo pela Prefeitura.

Marcelo Brammer/Estadão Conteúdo

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), disse ontem que quer pagar bônus por desempenho aos funcionários públicos municipais. O projeto ainda está em estudo e atende a um antigo pedido da iniciativa privada pela desburocratização da máquina pública.

A ideia é promover, por meio de incentivos financeiros, o funcionário que consiga agilizar o processo burocrático dentro da esfera pública. A prática, já adotada em alguns setores do Estado de São Paulo, por exemplo, esbarra na criação dos critérios que vão nortear quem merece ou não receber o benefício.

"Estamos estudando a possibilidade. Recebemos uma proposta que está sendo analisada de incorporar uma parcela variável do salário em função da agilidade dos procedimentos. Isso está sendo discutido com os servidores há alguns meses. Mas não é um modelo simples, pois o processo passa por muitas mãos, você tem dificuldade de aferir quanto cada servidor contribuiu individualmente para a melhoria do processo. Mas está na mesa de debate", disse o prefeito. Não foi detalhado de onde viriam os recursos para o pagamento do bônus.

Haddad sempre se queixa da falta de verbas e recorre às finanças públicas com balizadas para tentar justificar o aumento de impostos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

De acordo com Haddad, os servidores devem aprovar o benefício. "Eu acho que podem sinalizar positivamente. Pode ser uma coisa que introduza um elemento, embora não seja fácil modelar. Quere-

mos buscar uma modelagem que atenda (todos os servidores)", afirmou o prefeito. Ele não deu um prazo para que um plano concreto seja apresentado aos funcionários.

Meritocracia - Wilson Poit, presidente da São Paulo Negócios e um dos principais interlocutores da Prefeitura com a iniciativa privada, endossa as palavras do prefeito e defende a instituição da meritocracia no funcionalismo público. Seguindo ele, esta é a melhor forma de desburocratizar a máquina pública.

"É um processo bastante complicado, mas é um plano nosso. A meritocracia na iniciativa privada, da onde eu venho, é tratada de uma maneira diferente. Os colaboradores que trazem resultados são tratados de maneira diferente dos demais", disse.

A política de bônus ao funcionalismo público já é adotada entre os servidores do Estado de São Paulo. Na Polícia Militar, por exemplo, o governo paulista paga um adicional mensal de até R\$ 10 mil para os PMs conseguirem reduzir os índices de criminalidade nas suas áreas.

Há também uma política de meritocracia entre os professores do Estado. Ganham melhores salários os professores mais assíduos e que têm alunos com bom desempenho nas avaliações estaduais.

Apesar de ser difundida no Estado, a prática de dar bônus por desempenho é amplamente criticada entre os servidores públicos. Alas ligadas aos sindicatos questionaram, principalmente, os critérios adotados para definir quem recebe ou não o benefício.

Para eles, o modelo "cala" os trabalhadores que não concordam com a forma de gestão, por exemplo. (Agências)



Prefeito Fernando Haddad: "você tem dificuldade de aferir quanto cada servidor contribuiu individualmente para a melhoria do processo."

Água: Sistema Cantareira tem leve recuperação.

Após registrar uma alta de 0,1 ponto porcentual no domingo, o nível dos reservatórios do Sistema Cantareira manteve-se estável ontem em 12,1% da capacidade. No sábado, o índice que mede o volume de água armazenado no sistema chegou a cair para apenas 12% da capacidade total.

As fortes chuvas do final de semana permitiram a pequena recuperação. Em

abril, o volume de chuvas acumulado sobre a região do Cantareira soma 55,5 milímetros, o que corresponde a 62,1% da média prevista para o mês.

A última vez que o indicador havia registrado alta foi há cerca de um mês, no final de semana entre os dias 8 e 9 de março, quando o nível do Cantareira avançou de 15,8%, no dia 7, para 16% no dia 8 e 16,1% no dia 9. (Estadão Conteúdo)

Tiros e perseguição em roubo na Rua Oscar Freire

Uma tentativa de assalto a duas lojas na Rua Oscar Freire, nos Jardins, zona sul de São Paulo, terminou em uma perseguição policial com troca de tiros por diversas ruas da região, área nobre da cidade, na madrugada de ontem. Ninguém ficou ferido e os bandidos conseguiram escapar.

A ação começou às 4h, quando um segurança da rua, que passava por ali de

carro, viu dois homens tentando arrombar uma loja de material esportivo. O segurança pediu ajuda a policiais que estavam na Rua Bela Cintra. Os PMs chegaram no momento em que outros dois homens saíram de uma loja de roupas infantis que já havia sido arrombada. O grupo deu um tiro contra os policiais e correu para um Gol prata estacionado na frente das lojas. (Estadão Conteúdo)